

Capítulo VII

De balneário a “Veneza Pobre”: os descaminhos da paisagem portuária e piscatória do bairro do Caju, no Rio de Janeiro (Brasil)





DE BALNEÁRIO A “VENEZA POBRE”: OS DESCAMINHOS DA PAISAGEM PORTUÁRIA E PISCATÓRIA DO BAIRRO DO CAJU, NO RIO DE JANEIRO (BRASIL)

Carolina Alves d’Almeida

Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil (carolinadalm85@gmail.com).

RESUMO

Este trabalho analisa o empobrecimento da Quinta do Caju, na Zona Portuária do Rio de Janeiro (Brasil). O antigo balneário do século XIX, a partir da metade do século XX, com a modernização e industrialização da cidade, passou por longo processo de degradação socioambiental e tornou-se uma zona industrial periférica de descarte e ‘operações sujas’. Como metodologia, utilizamos pesquisa bibliográfica, em acervos textuais e iconográficos de instituições do Rio de Janeiro, e recolhas orais, através do diálogo com a comunidade local. Na primeira metade do século XX, o Caju era conhecido por sua forte tradição pesqueira, com habitações de madeira, barracos e palafitas. Após os aterramentos, desenvolvimento urbano-industrial e êxodo rural, a Ponta do Caju ficou conhecida como “Veneza Pobre”, em vista da favelização das palafitas. Os primeiros pescadores, a maioria portugueses de Póvoa do Varzim e Aveiro, instalaram-se na praia e morro do Caju nos fins do século XIX, com pesca de linha, arrastões e currais. Atualmente, a tradição e transgeracionalidade da pesca correm risco de desaparecer. A pesca artesanal entrou em decadência em decorrência dos aterramentos, poluição da Baía de Guanabara, desenvolvimento industrial desordenado, intervenção de grandes empresas pesqueiras e ausência de espaço de troca direta entre pescadores e compradores. O bairro foi ocupado por grandes terrenos de armazenamento de contêineres, empresas de grande porte e entrada/saída de carretas. Na Quinta do Caju, entre antigos estaleiros, ainda (re)existe a Colônia Z-12 com um pequeno porto e poucos pescadores. A festa de São Pedro, com procissão aquática, já não existe. Com base no conceito de Injustiça Ambiental, objetivamos discutir os descaminhos que transformaram a paisagem portuária-piscatória do Caju numa “zona de sacrifício ambiental”, e destacar ‘rugosidades’ e ‘lugares de memória’ (casas de pescadores, ‘cemitério’ de traineiras, Capela de São Pedro, entre outras) que mantém viva a memória da pesca artesanal.

Palavras-chave: Pesca; Caju; Paisagem-portuária; Memória.

From seaside resort to “Poor Venice”: the wrong ways of the port and fishing landscape of the Caju neighborhood, in Rio de Janeiro (Brazil)

ABSTRACT

This work analyzes the impoverishment of Quinta do Caju, in the Port Zone of Rio de Janeiro (Brazil). The old resort from the 19th century, from the middle of the 20th century, with the modernization and industrialization of the city, went through a long process of socio-environmental degradation and became a peripheral industrial zone for disposal and 'dirty operations'. As a methodology, we used bibliographical research, in textual and iconographic collections from institutions in Rio de Janeiro, and oral collections, through dialogue with the local community. In the first half of the 20th century, Caju was known for its strong fishing tradition, with wooden houses, shacks and stilts. After landfills, urban-industrial development and rural exodus, Ponta do Caju became known as “Poor Venice”, due to the slum development of stilt houses. The first fishermen, most of them Portuguese from Póvoa do Varzim and Aveiro, settled on Caju beach and hill at the end of the 19th century, with line fishing, trawlers and corrals. Currently, the tradition and transgenerationality of fishing are at risk of disappearing. Artisanal fishing went into decline as a result of landfills, pollution of Guanabara Bay, disorderly industrial development, intervention by large fishing companies and the absence of space for direct exchange between fishermen and buyers. The neighborhood was occupied by large container storage lots, large companies and trailer entry/exit. In Quinta do Caju, among old shipyards, the Z-12 Colony still (re)exists with a small port and few fishermen. The feast of Saint Peter, with its water procession, no longer exists. Based on the concept of Environmental Injustice, we aim to discuss the missteps that transformed the port-fishing landscape of Caju into an “environmental sacrifice zone”, and highlight 'roughnesses' and 'places of memory' (fishermen's houses, 'cemetery' of trawlers, São Pedro Chapel, among others) that keeps the memory of artisanal fishing alive.

Keywords: Fishing; Caju; Port landscape; Memory

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de minha pesquisa de pós-doutorado, junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sobre a história socioambiental do Bairro do Caju, no Rio de Janeiro, RJ, a partir da década de 1830. O projeto, de caráter interdisciplinar, encaixa-se na interface entre História e Geografia e, especificamente, envolve o diálogo entre os campos interdisciplinares e transdisciplinares da Educação Patrimonial e da História Ambiental.

O bairro do Caju (Figura 1), situado na Zona Portuária e Área Central do município do Rio de Janeiro, surgiu, no século XIX, como um bairro imperial e Balneário Real. A Imperial Quinta do Caju fazia parte da antiga Fazenda Real de São

Cristóvão, propriedade da Companhia de Jesus. Esta, em meados do século XVIII, no período colonial, com a expulsão dos jesuítas, passou a ser loteada em nome da Coroa Portuguesa, em virtude de suas qualidades (ALVES, 2007). De acordo com a documentação encontrada no Acervo Documental da Superintendência de Patrimônio da União, a Quinta do Caju (“com casas de vivenda reedificadas, próximas da praia”) foi adquirida pelo Príncipe Regente Dom João VI, por escritura de doação feita pelo comerciante Luiz José Gouveia e Freire (antigo proprietário) e sua esposa, D. Anna Josefina Elias dos Santos, em 1815. As benfeitorias existentes foram incorporadas aos “próprios nacionais”, por sentença cível de 1836 (SPU/RJ, 1836). A partir da Proclamação da República, essas terras passaram a integrar o patrimônio da União (ANDRADE & PERO, 2011).

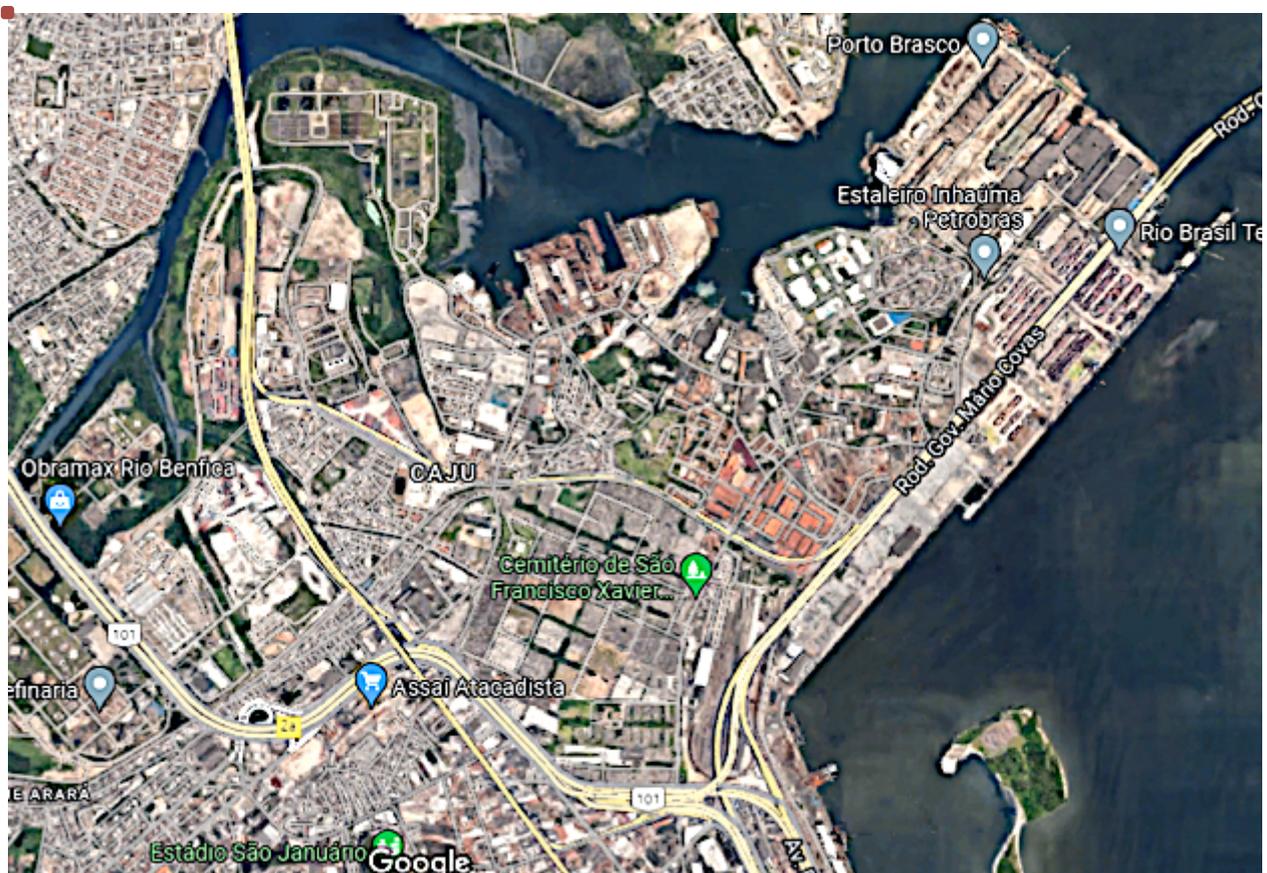


Figura 1. Mapa Satélite atual do Bairro do Caju (Fonte: Google Maps).

A Quinta do Caju localizava-se na antiga Enseada de São Cristóvão, área utilizada como estacionamento de embarcações e via para abastecimento de água potável, que foi aterrada, no final do século XIX, com o material oriundo do

desmonte do Morro do Senado, para dar lugar à Avenida Francisco Bicalho. No decorrer do tempo, o Caju foi constituído por depósitos de sedimentação da Baía de Guanabara e, posteriormente, por aterros artificiais, estando

associado, desde sempre, às atividades portuárias e industriais. A partir da metade do século XX, com a modernização e industrialização da cidade, passou por longo processo de degradação socioambiental e tornou-se uma zona industrial periférica da cidade do Rio de Janeiro.

A população do Caju, há muitas décadas, sofre com os diferentes tipos de poluição ambiental (atmosférica, hídrica, dos solos, visual e sonora), com destaque para o chorume necrótico do complexo de cemitérios, desde o século XIX, o transporte de minérios, o lixo, inclusive tóxico, a construção de aterro sanitário e a pesada poluição da Baía de Guanabara. Cabe destacar os impactos socioambientais dos aterramentos e construções do Novo Porto do Rio, do Cais do Caju, da Avenida Brasil, da Cidade Universitária (aterramento da Enseada de Inhaúma), da Ponte Rio Niterói e, por fim, da Linha Vermelha, que afetaram drasticamente a população e a paisagem do bairro do Caju, bem como do bairro vizinho da Maré.

O complexo de cemitérios, a Casa de Banho de Dom João VI, o museu da Pesca, o Hospital Nossa Senhora do Socorro ou “Socorrinho” (abandonado pela Santa Casa de Misericórdia), o Hospital Sanatório São Sebastião e seu anexo, o Hospital Clemente Ferreira, as embarcações e traineiras da Colônia Z12 (Senhor do Bonfim), as palafitas e demais casas de pescadores, entre outros patrimônios materiais significativos da região, foram destruídos ou demolidos, estão abandonados ou em ruínas.

O patrimônio imaterial, memória, identidades e narrativas das populações tão diversas que ocuparam o Caju, no decorrer do século XX, com destaque para os pescadores portugueses e os imigrantes nordestinos, estão sendo gradativamente apagados da história do Rio de Janeiro.

Com base em conceitos interdisciplinares, como o de Injustiça Ambiental (RAMOS, 2014) e Zona de Sacrifício Ambiental, o presente artigo analisa os descaminhos que levaram a pesca artesanal no bairro do Caju à decadência e que transformaram sua paisagem piscatória numa zona de sacrifício ambiental, a partir da segunda metade do século XX, destacando, no meio da destruição, “rugosidades”, lugares de memória, marcas ou rastros, que permitem a recuperação da sua história, memória e identidades.

Acerca da ideia mencionada de Injustiça Ambiental, ela foi definida, de acordo com a

declaração final do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, como o “mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (ACSELRAD, 2004, p. 2-3). Esses grupos vivem em “zonas de sacrifício ambiental”, no sentido dado ao termo por Henri Acselrad (2005) que, em termos gerais, diz respeito aos locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas que geralmente atingem populações de baixa renda, grupos vulnerabilizados ou minorias étnicas (ACSELRAD, 2005; OLIVEIRA, 2015). No tocante às “rugosidades” da paisagem, através das quais é possível refletir criticamente sobre a memória, a história e as identidades fragmentadas no processo de degradação socioambiental, segundo Milton Santos (2006, p. 92):

“(…) é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator.

A partir desses conceitos é possível compreender a dimensão social, política e econômica da degradação ambiental do Caju e outras periferias

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, em fontes primárias e secundárias encontradas nos acervos de diferentes instituições de pesquisa do Rio de Janeiro (Fundação Biblioteca Nacional - FBN, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ, Arsenal de Guerra do Rio - AGR, Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro - SPU-RJ) ou disponibilizadas em meio eletrônico. Foi consultada documentação textual, iconográfica e cartográfica, sobre a história ambiental e da paisagem do bairro do Caju e adjacências, entre os séculos XIX e XX. Foram ainda consultados e analisados livros e artigos acadêmicos sobre a

geografia e história ambiental do Rio de Janeiro e, sobretudo, da Baía de Guanabara; sobre a história social da pesca no Brasil; sobre memória, identidade, patrimônio e, sobretudo, Educação Patrimonial no Rio de Janeiro e, particularmente, no bairro do Caju. Por fim, foi feita pesquisa oral, tendo sido realizadas entrevistas informais com antigos moradores do Bairro do Caju, especialmente da comunidade da Quinta do Caju, tendo em vista que é onde está localizada a Colônia de Pescadores Z12, arquivo morto e vivo da história dos pescadores do Rio de Janeiro, que sobrevive resistindo com suas tradições culturais e referências históricas. Tais entrevistas visavam a coleta de memórias dos moradores e pescadores antigos da Quinta do Caju sobre as histórias do espaço geográfico, paisagem e patrimônio do seu bairro, que sobrevivem apenas como rugosidades e toponímias.

A partir das conversas realizadas com a Elza Alves da Silva, moradora da Quinta do Caju, a pesquisa voltou-se para a transgeracionalidade da pesca e a tradição pesqueira no Caju - que é o tema do presente artigo - que correm risco de desaparecer, restando poucos pescadores descendentes dos portugueses e espanhóis, que lá se instalaram no século XIX, e pouca atividade piscatória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Modernização e industrialização do bairro do Caju

Segundo Eliane B. Alves (2007), no final do século XIX, já estavam instaladas no Caju diversas fábricas, de tecido, vidros, vagões para estradas de ferro, bem como a primeira marcenaria de móveis de luxo da cidade. Dentre as primeiras fábricas, destaca-se a Companhia Edificadora, construída em 1858, na Ponta do Caju, que começou com a produção de materiais de construção e, em 1870, para adaptar-se às necessidades do mercado da época, aumentou sua produção (LOBO, 1978). Embora já existisse no bairro diversas fábricas e a estação da estrada de ferro do Rio Douro, foi a partir da década de 1920, que o Caju foi transformado em bairro industrial.

A partir da década de 1950, o bairro tornou-se cada vez mais industrial, popular e populoso, com seu espaço físico modificado por grandes e sucessivos aterros, para o estabelecimento de

várias e importantes instalações portuárias, como a Fronape (Frota Nacional Petroleiros), o Estaleiro Caneco (fundado em 1886, mas com grande expansão a partir de 1950), o Estaleiro Ishikawajima, a Portobrás e o Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica (PAME) (ALVES, 2007). Com a afirmação do novo modelo-urbano industrial desenvolvimentista, que se prolonga até os dias de hoje (AMADOR, 2013), iniciou-se o processo de desmonte ambiental, social e cultural do bairro industrial e, por conseguinte, devido às constantes modificações espaciais, à exploração ambiental desenfreada, à poluição, à falta de planejamento urbano e ao desemprego gerado pelo fim da atividade industrial, a construção de uma periferia destinada para o descarte. Alves (2007) destaca que, além da industrialização desenfreada, o Caju sofreu graves efeitos sociais e ambientais, em decorrência da retração provocada pela crise da construção naval brasileira, na década de 1980.

Os empregos formais desapareceram e as áreas abandonadas pela atividade industrial foram ocupadas por estacionamentos e depósitos de contêineres. A ocupação desordenada e a favelização do Bairro do Caju aceleraram-se também com o fechamento dos estaleiros. Apesar de subsistirem alguns empreendimentos comerciais e industriais no bairro, a maior parte da população do Caju é constituída de comunidades de baixa renda que habitam em favelas. (ALVES, 2007, p. 2).

Com a transformação em bairro industrial, completamente integrado à vida econômica da cidade, e a intensificação da industrialização da zona portuária, através do projeto desenvolvimentista brasileiro, o Caju, de balneário com limpas praias, referência de salubridade e saúde pública¹, tornou-se mais uma zona de sacrifício ambiental e, por conseguinte, um território de exclusão do Rio de Janeiro. Como observou Aécio de Oliveira:

Da condição de principal balneário da cidade – que chegou a ter o título de balneário Real, a partir de 1808, quando o Império Português transferiu-se para o Brasil, a servir de base para o tratamento hidroterápico do Príncipe Regente e, depois, Rei Dom João VI (com a edificação de uma casa de banho para facilitar o seu acesso à água do mar) –, passando por local de colônia de pescadores e área residencial onde se consolidou os primeiros bairros da região central da cidade, o Caju se tornou uma grande área de sacrifício ambiental contígua a OUC da região portuária. (OLIVEIRA, 2015, p.47).

¹ Cabe destacar que o bairro abrigou importantes casas de saúde e hospitais de doenças infecciosas e infectocontagiosas, nos séculos XIX e XX.

Cabe ressaltar a importância da contextualização histórica, política e econômica da degradação socioambiental do bairro do Caju, tendo em vista que ela se inicia com o autoritarismo tecnocrático da Ditadura Militar, a partir de 1964, no auge do processo de industrialização do país, com o enquadramento da economia brasileira à perspectiva econômica das multinacionais. Segundo Theotônio dos Santos (2000), o golpe de Estado de 1964 fechou as portas para o avanço nacional-democrático e colocou o Brasil no caminho do desenvolvimento dependente, subordinado, concentrador e excludente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial.

Os descaminhos da paisagem portuária e piscatória do bairro do Caju

São escassos os trabalhos sobre a pesca artesanal na Quinta do Caju, antes e depois da instauração do modelo urbano-industrial desenvolvimentista que levou a pesca à decadência. Destacam-se os estudos realizados na década de 1950, pela geógrafa brasileira Lysia Bernardes e pela geógrafa portuguesa Raquel Soeiro de Brito.

Cabe recordar que o Caju, na primeira metade do século XX, como descreveu o cronista Charles Julius Dunlop (1957, p.22), era “(...) uma região belíssima, de praias com areias branquinhas e água cristalina, onde não era rara a visão do fundo da Baía, tendo como habitantes comuns os camarões, cavalos-marinhos, sardinhas e até mesmo baleias”. Essa descrição pode ser confirmada pela preferência dos pescadores da região pelo camarão e pela sardinha.

Segundo BERNARDES (1958) e BRITO (1960), os primeiros pescadores, em sua maioria portugueses, sobretudo de Póvoa do Varzim, Aveiro e Vieira de Leiria, mas também espanhóis, em menor quantidade, instalaram-se na praia e no morro do Caju nos fins do século XIX, dedicando-se à pesca artesanal, sobretudo a pesca de linha, o arrastão (arrasto) e os currais. Nesse período, surge, então, a primeira comunidade do bairro ocupada por pescadores, principalmente descendentes de portugueses². Posteriormente, em meados do

século XX, a antiga Colônia Z-5 Senhor do Bonfim tornou-se uma das maiores comunidades de pescadores do Brasil. Cabe destacar que o agrupamento pesqueiro da Ponta do Caju - junto com o da Praça Quinze (na margem ocidental da Baía de Guanabara) e os de Jurujuba, da Ilha da Conceição e de São Gonçalo (na margem oriental) - foi um dos mais importantes da Baía de Guanabara, onde a pesca artesanal ao largo teve maior desenvolvimento (BERNARDES, 1958).

Segundo BERNARDES (1958), na praia, as velhas residências dos antigos moradores abastados foram ocupadas por grupos de pescadores portugueses, predominantemente de Aveiro, que eram, inicialmente, mais numerosos. Em 1906, residiam 570 pessoas em 45 prédios localizados na praia (BERNARDES, 1958).

Entre os primeiros ocupantes, contavam-se alguns pescadores, ou, mais exatamente, donos e apanhadores de peixe dos currais. Saíam os três ou quatro, em pequenas canoas a remo, para recolher o pescado nos currais das ilhas próximas levando-o diretamente, ao mercado. Ao pé do morro, onde ainda vinham bater as águas do mar, fundeavam suas canoas. (BERNARDES, 1958, p. 190-191).

No morro, foram construídas pequenas casas de madeira de forma desordenada que, a partir de 1910, multiplicaram-se, com a introdução das traineiras que não necessitavam das praias (BERNARDES, 1958). O Caju também recebia pescadores portugueses de outras praias que se tornaram impossíveis de pescar.

Cabe destacar que, apesar da Lei de Nacionalização da Pesca (1921), com o retorno a Portugal de grande número de poveiros, os núcleos de pescadores da Guanabara ainda contavam, até a década de 1950, com elevada porcentagem de

seguinte-se de 16 de Aveiro – a maioria na praia do Caju. Dentre a porcentagem de Aveiro, há os que indicaram como procedência Ílhavo, Ovar, Vagos e Gafanha da Encarnação. O conselho de Leiria também se fez presente com um número significativo de pescadores, da Figueira da Foz e Praia de Buarcos. Bernardes (1958, p. 61) também observa que “quase todos os núcleos de pescadores do litoral Entre o Douro e o Minho têm também algum representante no Caju”. Entretanto, a geógrafa destaca especialmente a presença de portugueses que nasceram nos distritos de Viseu, Lamego, Vila Real ou Braga, que só se tornaram pescadores depois de aqui chegados. Cabe destacar que, posteriormente, na pesquisa de Raquel Soeiro de Brito (1960), p.53), foram inquiridos 241 pescadores: “60 p. 100 eram Portugueses, 8 p. 100 disseram-se logo filhos de pais portugueses, 32 p. 100 Brasileiros”. Contudo, mais da metade destes brasileiros inquiridos eram lusodescendentes.

² Na década de 1950, segundo Bernardes (1958, p. 61), dos 168 portugueses residentes no Caju cujas fichas foram consultadas pela pesquisadora, 52 eram naturais da Póvoa do Varzim,

portugueses e filhos de portugueses. Os pescadores da Póvoa de Varzim, radicados no Brasil, rejeitaram a lei que os obrigava a naturalizar-se para continuarem a trabalhar no país (COENTRÃO, 2021). Esses pescadores saíram pobres de Portugal para o Brasil, onde encontram espaço e condições ambientais perfeitas para continuar com a atividade da pesca, e regressaram pobres a Portugal.

O conservacionista Armando Magalhães Correa (1889-1944) se referia ao Caju como “Cidade Palafítica” (CORREA, 1936) e destacava a forte tradição de pesca na região, no início do século XX. Cabe ressaltar que esses estudos foram feitos na década de 1930, antes dos aterramentos e do desenvolvimento industrial e urbano afetarem e modificarem a região. Na mesma época, em vista da intensa atividade pesqueira, a Quinta do Caju também ficou conhecida, popularmente, como “cidade ou república dos pescadores”. Seguem algumas observações de Correa sobre a pesca e pescadores:

Na ponta propriamente dita ‘do Caju’, encontra-se o Clube de Regatas de São Cristóvão e a Colônia de Pescadores Z-5 – Senhor do Bonfim. As habitações aí localizadas em sinuosas ruas e becos formam uma cidade de pescadores, pois abrigam quatro mil pessoas entre pescadores e suas famílias. No centro, o morro, com pedreira, completamente devastado, tendo habitações de madeira, barracos, como cogumelos nas encostas e nas praias, incrustadas, e, sobre o mar, habitações palafíticas. O aspecto é desolador como arquitetura macabra, rudimentar no seu conjunto, mas com interiores próprios, asseados e mesmo de gosto no arranjo. Do lado do mar, estacarias e pranchas, onde repousam canoas e barcos e, sobre as cordas, redes, tarrafas e roupa de banho e de casa, que dão um aspecto festivo, como se fossem bandeiras. Como nota pitoresca é extraordinária. Vivem esses homens do mar numa só família; alugam cômodos para banho de mar e pescam todos os dias. Amanhecem no mar, deixando as amarras para a luta, e vão com suas redes, com as quais trabalham, no lugar onde assinala o bom pescado. A pescaria varia, pois conforme o habitat do pescado, próximo das pedras, o dos baixios e o das profundidades, e assim vivem procurando o alimento para a cidade, com o risco da própria vida, mas sempre amáveis, honrados e patriotas. (CORREA & VIEIRA 2016, p.80).

Posteriormente, a Ponta do Caju também ficou conhecida como a “Veneza Pobre” (Figura 2), em decorrência da favelização das palafitas - pequenos barracões de madeira construídos à beira do mangue sobre estacas.

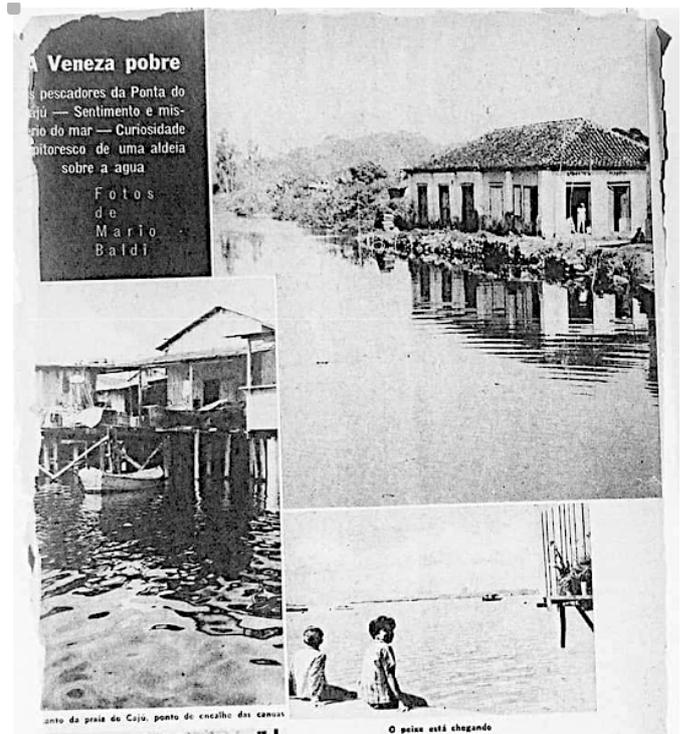


Figura 2. A “Veneza Pobre” (Fonte: Jornal “O Carioca”, nº 265, 1940, Biblioteca Nacional).

Apesar da falta de planejamento urbano durante a ocupação da região, das constantes demolições e da falta de espaço para novos moradores na praia e no morro do Caju, Bernardes (1958) destaca que a forte presença dos pescadores e da tradição piscatória portuguesa permaneceu³ com sua identidade, seu rico patrimônio e todos os seus elementos. Tudo na praia do Caju remetia à atividade pesqueira dominante na época: nas moradias, as redes secando nas janelas, os depósitos para os petrechos de pesca ao lado das casas e a caldeira para preparar as tintas destinadas às redes; nas ruas, os transeuntes, com tipo físico e trajar característicos de pescador português, que, em alguns casos, exerciam suas atividades em via pública, tingindo ou consertando as redes (BERNARDES, 1958). Na Quinta do Caju, segundo Bernardes (1958), a fisionomia de núcleo de pesca era ainda mais evidente, com a presença de um estaleiro de barcos de pesca, das caldeiras e dos tanques, e da melhor loja do local de artigos do

³ Cabe destacar que Bernardes realizou sua pesquisa na década de 1950, quando o novo modelo urbano-industrial de desenvolvimento dependente ainda não havia sido implementado e a ênfase econômica e produtiva ainda era “interna”.

gênero, como panos para redes (em peça), tintas, cabos, lampiões, arames e latas de óleo.

Durante a ocupação dos pescadores portugueses, a Quinta do Caju possuía a mesma aparência que outros bairros pobres da cidade (BRITO, 1960). Os pescadores viviam (e ainda vivem) em pequenas e humildes casas de terra batida ou tijolos com cobertura de telha ou palha. Os barracos e palafitas (Figuras 3 e 4) - patrimônio piscatório que conquistou e ainda conquista a atenção de diferentes estudiosos e observadores da região - estão presentes na maioria das descrições da Quinta do Caju, bem como das áreas vizinhas, particularmente na

região da Maré, da Penha e Ramos, onde se localizava a antiga Praia de Maria Angu, aterrada para a construção da Avenida Brasil. Segundo Bernardes (1950, p. 33), “são todas essas casas muito modestas, possuindo em geral apenas um quarto, uma sala e a cozinha; o mobiliário se reduz às vêzes a uma mesa, um ou dois bancos e urna cama, dormindo em esteiras o resto da família, quase sempre numerosa”. Cabe ressaltar que, no Brasil, a maioria dos pescadores são brasileiros natos filhos de pescadores descendentes de indígenas e portugueses. No Rio de Janeiro, destaca-se a presença de descendentes de portugueses.



Figura 3. Casas de madeira, barracos e palafitas do Caju (Fonte: Jornal “O Carioca”, nº 265, 1940, Biblioteca Nacional).

Além das humildes e predominantes casas de madeira, palafitas e barracos, amontoados uns sobre os outros, nos quais em qualquer área desocupada já se constrói outro casebre, semelhantes às favelas cariocas, também haviam

casas menos simples e modestas, maiores e mais confortáveis (BERNARDES, 1958). Estas, segundo BERNARDES (1958), na década de 1950, eram as mais novas e, por conseguinte, mais bem pintadas, com cores alegres e com

pequenas varandas agradáveis, construídas nas encostas mais íngremes.

BRITO (1960), por sua vez, faz uma comparação com as casas e construções dos pescadores de Portugal, ressaltando, mais uma vez, a conexão existente entre o patrimônio da pesca no Caju e a tradição piscatória de Portugal: “Todas as

casas são de madeira. Este material, comum a todas as favelas do Rio, tanto as dos morros como as dos mangues que marginam a baía, é também usado nas construções dos locais de pesca do litoral arenoso do centro de Portugal, de onde são originários muitos dos habitantes deste lugar” (BRITO, 1960, p. 50).

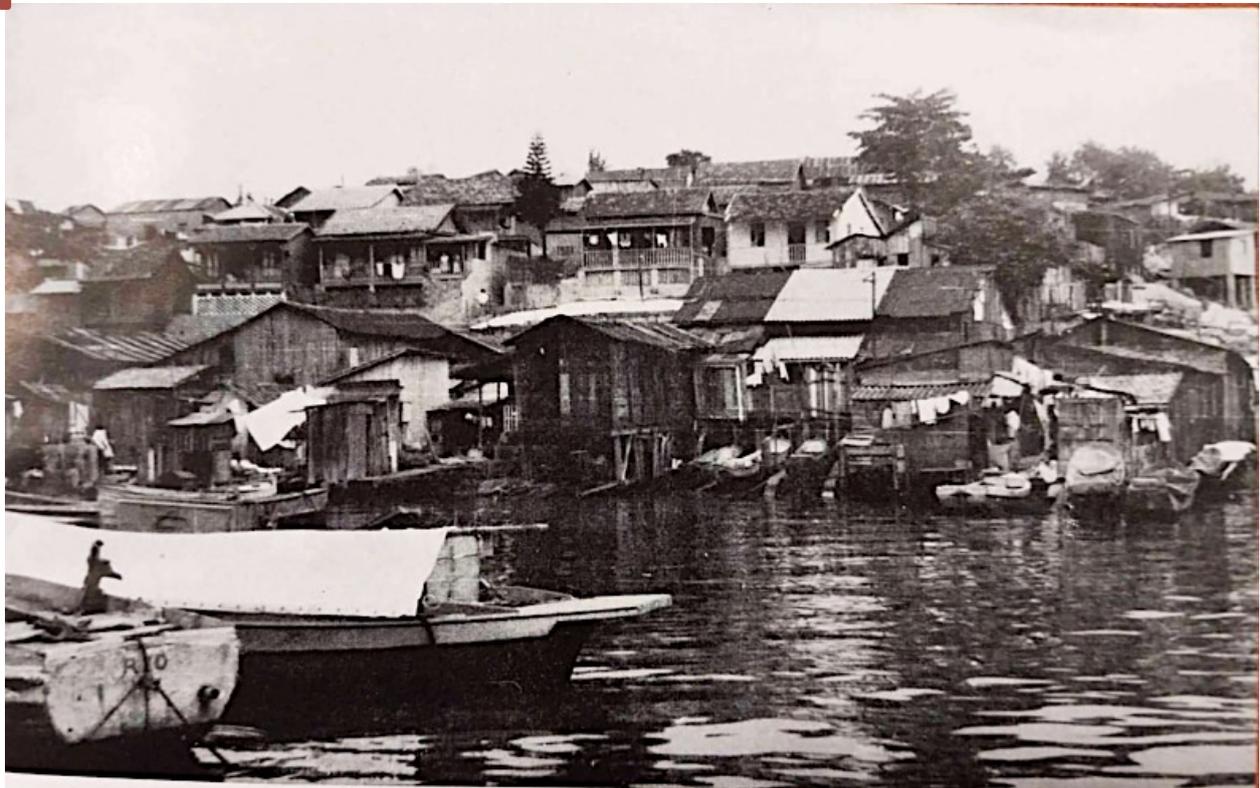


Figura 4. Aspectos parciais de Quinta do Caju (Fonte: Soeiro, 1960).

No tocante às técnicas de pesca, os pescadores do Caju, pelo menos até a década de 1960, optaram pela não modernização da pesca local e artesanal, deixando claro que o processo de industrialização na região não foi pacífico e consentido, mas sim uma imposição do novo modelo urbano-industrial desenvolvimentista. No que se refere à resistência dos pescadores do Rio de Janeiro à modernização da pesca ou adaptação à pesca comercial ou de larga escala, é importante destacar que se trata de uma prática totalmente incompatível com a pesca artesanal sustentável e com o padrão/modo de vida simples e humilde, característicos dos pescadores das tradições piscatórias brasileiras e portuguesas. Em outras palavras, há uma incompatibilidade entre o local e o global, ou entre o ‘tradicional’ e o ‘moderno’. Além disso, os pescadores não

tinham condições econômicas para custear essa modernização.

De acordo com BERNARDES (1950), a adoção de técnicas modernas de grande rendimento, nas frotas e aparelhos de pesca, prejudicaria a criação e limitaria os ganhos futuros dos pescadores. A geógrafa acrescenta, como agravante da instabilidade da situação dos pescadores, a subordinação aos donos dos barcos e das redes que, muitas vezes, controlavam os meios modernos de conservação e transporte do pescado para o Rio de Janeiro e as cidades fluminenses (BERNARDES, 1950, p 37).

BERNARDES (1950) também destaca as condições físicas do litoral como determinantes para a sobrevivência da tradição pesqueira. Neste contexto, a melhor solução era a adaptação e subordinação dos pescadores tradicionais às

condições físicas e fatores ecológicos na busca de um equilíbrio e harmonia com a natureza.

Cabe ressaltar que sua pesquisa foi realizada na década de 1950, quando a pesca artesanal ainda era rentável localmente. A pesca artesanal, portanto, entrou em colapso, em decorrência da modernização e desenvolvimento industrial da região e, particularmente, com o desenvolvimento da pesca comercial de larga escala, que se fortaleceu com o apagamento da tradição piscatória artesanal.

Atualmente, as Colônias Z-5 e Z-12, a trans-geracionalidade da pesca e a tradição pesqueira correm risco de desaparecer, restando poucos pescadores descendentes dos portugueses e espanhóis que lá se instalaram e pouca atividade piscatória.

Infelizmente, em decorrência da poluição das águas da Baía de Guanabara, a pesca artesanal entrou em colapso e decadência. Tal decadência foi também consequência do desenvolvimento industrial desordenado da região, especialmente, a partir da intervenção de grandes empresas pesqueiras, da poluição das águas com os derramamentos de óleo na baía e da ausência de um espaço de troca direta entre pescadores e compradores. Esta realidade é compartilhada por muitos pescadores artesanais por todo o Brasil. Acredita-se que o outro motivo da falência da pesca artesanal foi a extinção do mercado de peixes da Praça XV, na década de 1990, no qual o próprio pescador vendia o seu peixe. Hoje em dia o pescador tem que escoar sua mercadoria nas mãos dos atravessadores no Ceasa ou no Mercado de peixes São Pedro, em Niterói.



Figura 5. Procissão de São Pedro, 1970 (Fonte: Antônio Ferreira, Leiloeiro Público)

Atualmente, parte significativa da região se transformou em grandes terrenos de armazenamento de contêineres, empresas de grande porte e entrada e saída de carretas. Na

comunidade da Quinta do Caju, que faz divisa com antigos estaleiros, ainda existe e, sobretudo, resiste a supracitada Colônia Z-12, que ainda abriga um pequeno porto com poucos pescadores, que correm

sérios riscos de terem sua memória apagada da História do Rio de Janeiro. Cabe destacar que pescadores artesanais da Maré e de outras localidades se encontravam com os pescadores do Caju, todo o ano, no dia 29 de junho, para a famosa festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores, na qual faziam uma procissão aquática (Figura 5). Tal procissão não ocorre mais, dentre outros motivos, em vista da decadência da pesca artesanal e da redução de pescadores na região. O Centro Social da Colônia de Pescadores (Figuras 6 e 7), espaço fundado em 1962 e utilizado, pelos pescadores do Caju, para a realização de reuniões sobre a pesca na região, bem como para festas e confraternizações, não existe mais. Cabe ressaltar também que, dentro do Museu da Limpeza Urbana, a antiga Casa de Banho de Dom João VI, que está desativado, havia um espaço reservado para a memória e história da pesca.

112

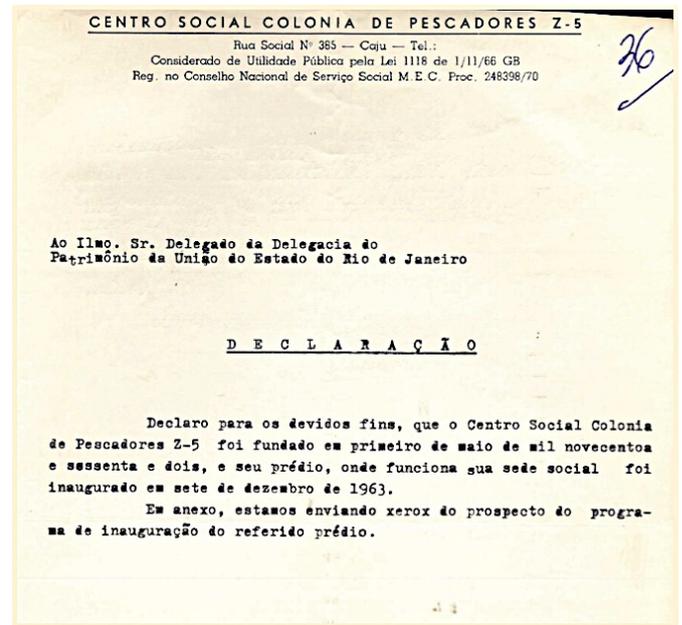


Figura 6. Declaração de fundação do Centro Social da Colônia de Pescadores Z-5 (Fonte: Acervo Documental da SPU-RJ).



Figura 7. Centro Social da Colônia de Pescadores Z-5 (Fonte: Acervo Documental da SPU-RJ).



Figura 8. Casas de pescadores do Caju (Fonte: autora).

Entretanto, como rugosidades, rastros e marcas significativas da resiliência de uma memória e transgeracionalidade piscatória em apagamento, restam as casas de pescadores e algumas palafitas (Figura 8),

um ‘cemitério’ de traineiras (Figura 9), as poltronas e balanços (para crianças) feitos com redes de pesca (Figura 10) e a Capela de São Pedro, localizada na Praça do Mar, na Quinta do Caju (Figura 11).

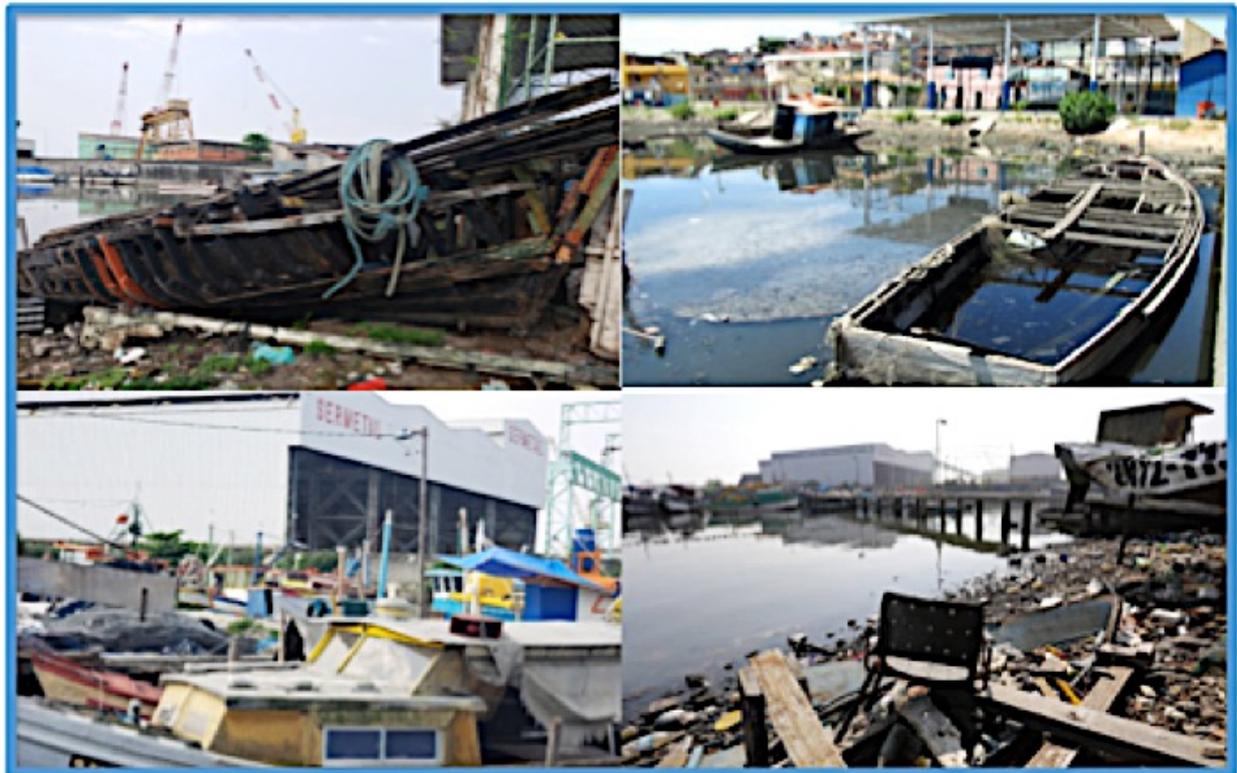


Figura 9. Traineiras abandonadas e lixo na Quinta do Caju (Fonte: esquerda: autora; direita: Pablo Jacob, Agência Globo).



114 **Figura 10.** Esquerda: Balanço com rede de pesca na Praça do Mar, Quinta do Caju (Fonte: Blog Literatura e Rio de Janeiro); Direita: Poltronas de rede de pesca na casa de Elza Alves da Silva, Quinta do Caju (Fonte: autora).

Segundo BRITO (1960), particularmente em 1956, existiam cerca de 50 traineiras no Caju, das quais apenas 6 pertenciam a brasileiros. Algumas destas traineiras estão, atualmente, em processo de decomposição, constituindo, na paisagem híbrida da região, um ‘cemitério’ de embarcações, ou melhor, um esdrúxulo, insólito e clandestino lugar de memória da decadência da atividade pesqueira.

Elza Alves da Silva foi escolhida como interlocutora da presente pesquisa, em vista do seu amplo conhecimento e experiência sobre a história e memória do bairro, especialmente sobre a atividade e tradição pesqueira na comunidade da Quinta do Caju, bem como, em vista do respeito e reconhecimento atribuído a ela pela comunidade. Elzinha, como é conhecida por todos, é moradora antiga da comunidade da Quinta do Caju, possui 69 anos de idade e é viúva de um antigo pescador da região. Elzinha mudou-se para o Caju na década de 1970 e sua primeira residência foi de palafita (Figuras 12 e 13). Segundo a interlocutora, na época vivia-se melhor do que nos dias de hoje. Embora não seja pescadora, ela já pescou camarão e ajudava seu marido com a atividade da pesca. Seu falecido marido começou a pescar ainda adolescente, com 17 anos, como a maioria dos pescadores, e parou com 70. Ambos viveram da pesca no Caju por 40 anos ou mais, bem como criaram seus filhos com o dinheiro desta atividade. Um deles tentou ser pescador, mas abandonou a pesca em face da precarização atual. Segundo Elza, seu marido e o sogro de sua filha eram os pescadores ‘mar afora’ (que passavam meses no mar e longe da família) mais antigos da comunidade.

Segundo Elzinha, os pescadores nunca deixaram de pescar camarão no Caju, pois “passa de geração a geração”. Cabe destacar que a pesca de camarão e sardinha existe no Caju desde o



Figura 11. Capela de São Pedro nos dias atuais (Fonte: autora).

século XIX, a partir da ocupação dos pescadores portugueses. Este testemunho complementa e reforça o que os dados documentais constatarem: a forte presença de pescadores portugueses, com suas tradições de pesca e traineiras, na década de 1950, no bairro do Caju, bem como a resiliência da tradição piscatória do local, mesmo em condições precárias e insalubres. De acordo com Elza, atualmente existem, aproximadamente, 50 pescadores de traineira e camarão, bem como, aproximadamente, 4 mil moradores e descendentes de filhos de pescadores. Pode-se constatar, segundo as informações fornecidas pela interlocutora, que a maioria dos moradores da comunidade tem algum envolvimento, direto ou indireto, com a pesca. No entanto, esta conexão está se perdendo, por causa da gradativa decadência e precarização da atividade, bem como da poluição e insalubridade da região. Além de ajudar nas pesquisas, Elza participou da inauguração do museu dos pescadores, parte do atual Museu da Limpeza Urbana (Casa de Banho D. João VI), localizado na Rua Praia do Caju 385. Segundo a interlocutora, os barcos do seu marido estão nesse museu. Atualmente, Elzinha trabalha como cozinheira (sobretudo de peixes e frutos do mar), manicure e empregada doméstica, bem como dedica o tempo vago ao trabalho voluntário em projetos sociais.



Figura 12. Elza Alves da Silva, na Quinta do Caju, na década de 1970/80. (Fonte: Elza Alves da Silva).

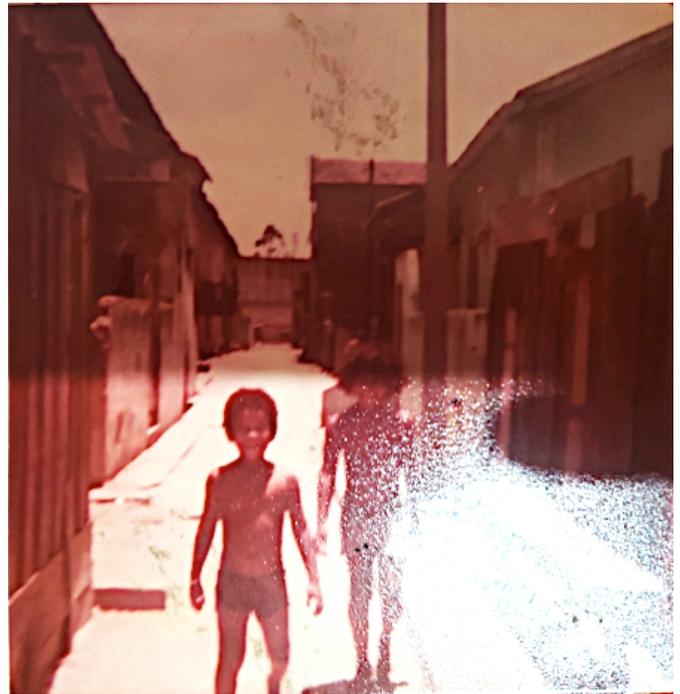


Figura 13. Crianças (filhos de Elza) caminhando na Quinta do Caju, na década de 1970/80. (Fonte: Elza Alves da Silva).

Em virtude da memória da pesca artesanal do Rio de Janeiro, sobretudo nas periferias, correr sérios riscos de apagamento, é importante ressaltar a importância da instalação de um museu da pesca no bairro do Caju, responsável por manter viva a história da pesca artesanal carioca e brasileira, as diferentes práticas pesqueiras e a vida dos pescadores, o meio ambiente marítimo e a importância de sua preservação. Indo mais além, cabe destacar também a importância da criação de Centros de Memória Social e Cultural ou Museus no complexo de favelas do Caju, seguindo o modelo, por exemplo, da população vizinha da Maré⁴, que possui projetos interessantes voltados para a preservação da memória e história da favela, como o Maré a Céu Aberto, o Museu da Maré, o Museu Itinerante, o Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM), o Centro de Artes da Maré (CAM), o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), o Museu da Imagem Itinerante da Maré (MIIM), entre outros. Embora historicamente relacionadas e especialmente muito próximas, existe pouco diálogo e colaboração entre as favelas da Maré e do Caju, no tocante ao desenvolvimento de políticas e projetos sociais e culturais, em decorrência da polissemia das

⁴ Cabe destacar que a Maré tem uma história ambiental e geográfica parecida com a do Caju, divergindo no âmbito da exploração industrial, econômica e portuária.

paisagens e das diferentes cartografias sociais urbanas de ambos os ‘territórios’. Cabe destacar que as modificações e aterramentos, decorrentes da exploração econômica, contribuíram para o esquecimento das relações espaciais e históricas entre as duas regiões.

Do mesmo modo, ou talvez mais importante, é o desenvolvimento de um trabalho de Educação Patrimonial efetivo, isto é, dialógico, reflexivo e crítico (TOLENTINO, 2016), com a comunidade local de moradores e pescadores, que contribuirá para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade no bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

116

O motivo principal para o desenvolvimento da presente pesquisa e trabalho foi, portanto, a situação precária, de abandono, invisibilidade e degradação ambiental e social, que a periferia do Caju vem sofrendo gradativamente, desde meados do século XX, e que tem afetado drasticamente a comunidade/colônia de pescadores da região, bem como a escassez e incipiência de pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre o bairro.

Apesar da ausência de projetos de educação patrimonial, de patrimonialização e salvaguarda, a paisagem portuária e piscatória do Caju está repleta de rugosidades e toponímias, inscritas em sua paisagem múltipla que contribuem para manter viva a memória da pesca artesanal. Estas necessitam, com urgência, de maior atenção e visibilidade. Cabe ressaltar que a realidade da comunidade piscatória do bairro do Caju é comum em muitas comunidades piscatórias urbanas periféricas do Brasil, que também sofrem descaso e foram transformadas, intencionalmente, em zonas de sacrifício ambiental.

Trata-se de um processo de degradação proposital, que não consiste apenas em uma consequência do desenvolvimento industrial e urbano desenfreado da Metrópole do Rio de Janeiro, no âmbito local, mas em pretensões e projetos implícitos do “Capitaloceno”⁵

(MOORE, 2015; HARAWAY, 2016). Intelectuais, ambientalistas e climatologistas do mundo todo têm, cada vez mais, confrontado esse modelo de capitalismo desenvolvimentista-tecnológico, desde a década de 1970, a partir do movimento verde, apontando-os como causas principais das drásticas mutações climáticas e da crise ecológica dos tempos atuais. Diversas pesquisas comprovam a influência da atividade humana, sobretudo, da atividade capitalista do Ocidente, na devastação ecológica e destruição gradual da biodiversidade e ecossistemas do planeta, alertando para a importância da mudança de percepções e relações dos povos ocidentais com a natureza, bem como da desaceleração do desenvolvimento técnico e econômico do mundo ocidental.

Para compreender as transformações na paisagem polissêmica do Caju, foi imprescindível, portanto, a problematização do modelo de desenvolvimento dependente (subordinado, concentrador e excludente) do Mercado e Capital Internacional, difundida após a segunda Guerra Mundial, que orientou os caminhos do capitalismo e os descaminhos da industrialização na América Latina. Particularmente, as zonas de sacrifício ambiental, na América Latina, como o Caju, surgiram em concomitância com esse novo modelo. A questão das diferentes fases de industrialização no Brasil, voltadas para o desenvolvimento interno e, posteriormente, para o desenvolvimento dependente, bem como, das grandes companhias que se instalaram no Caju a partir da segunda metade do século XX, portanto, deve ser levada em consideração na presente discussão, para a compreensão do complexo processo de transição da economia/produção local para a global, a partir do qual iniciou-se a degradação socioambiental do bairro do Caju e a precarização da pesca artesanal. Cabe ressaltar o descaso e abandono da região a partir do arrefecimento da atividade industrial e instauração da ordem neoliberal, na década de 1980.

Mesmo com o fim das atividades industriais, as áreas abandonadas do bairro foram ocupadas por estacionamentos e depósitos de contêineres.

⁵ Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer (2000) cunharam o termo “Antropoceno” para descrever a época geológica mais recente da Terra, que teria como característica principal os extensos e crescentes impactos das atividades humanas na terra, na atmosfera e em todas as escalas. Posteriormente, a fim de problematizar a concepção universalista de Antropoceno e responsabilizar o sistema capitalista local do ocidente pela crise

ecológica, pelas mutações climáticas e danos ecológicos, Jason Moore (2015) e Dona Haraway (2016) utilizaram o termo “Capitaloceno” - que significa a “era do capital” ou a “era histórica moldada pela acumulação infinita de capital” - uma vez que é o Capitalismo que estimula o homem a explorar a Terra.

Patrimônios históricos estão fechados, desativados e abandonados, cada vez mais sucateados. Não é mera coincidência que exista um grande interesse de empresários na construção ou expansão dos estacionamentos ou depósitos de contêineres e carretas no bairro do Caju. Não há interesse público em solucionar esses problemas. Há uma incompatibilidade nas relações entre preservação de patrimônio, memória e identidades e o modelo de desenvolvimentismo capitalista em vigência, ou melhor, entre os interesses das comunidades locais/periféricas e os interesses capitalistas globais/centrais.

Em termos geopolíticos, faz-se necessário, portanto, um olhar crítico para relações de poder e assimetria, globais e locais, entre centro/periferia, por trás desse processo de degradação aparentemente irreversível. Em outras palavras, para discorrer sobre as manifestações da crise ecológica no Sul Global, é importante refletir criticamente sobre a sua condição peculiar de periferia do capitalismo, onde são construídas, propositalmente, as zonas de sacrifício ambiental, para o descarte e as “operações sujas” dos países centrais ou Norte Global. A decadência das tradições locais, como da pesca artesanal, em todo o Brasil, em prol de uma pesca global e comercial, é totalmente previsível e inevitável neste contexto, pois tem a ver com a relação de dominação, dependência e subalternização do tradicional, local e periférico pelo moderno, global e central. Cabe destacar, segundo Antônio Carlos Moraes, que “a organização espacial é um eficaz mecanismo do exercício do poder” (MORAES, 1987, p.131).

A ideia de crise ambiental no Brasil e na América Latina, portanto, é indissociável da ideia de racismo ambiental e injustiça ambiental, climática, energética e hídrica, presente nas favelas, periferias e subúrbios. No caso do Caju, e de todos os bairros sociais ou favelas que reivindicam o status de bairro no Brasil, sobretudo nas grandes metrópoles, existe um interesse capitalista oculto na criação de vidas sem rastros, uma intencionalidade no desaparecimento ou apagamento dessas memórias, marcas, pistas, rastros e rugosidades. Não é por mera coincidência que os projetos de Educação Patrimonial e Ambiental são quase inexistentes na região, bem como museus, casas de cultura e centros de memória.

Neste sentido, a partir de um ponto de vista periférico, fundamentado na ecologia política, no pensamento crítico latino-americano e nos estudos subalternos, é possível reconhecer essas políticas do descaso, do abandono e do desaparecimento, responsáveis pela injustiça ambiental, hídrica, climática e energética nas periferias e favelas, para problematizar os motivos e interesses que transformaram o bairro do Caju e sua tradicional colônia de pescadores em zona periférica de descarte e operações sujas da cidade do Rio de Janeiro. Dentre diversos projetos propostos e realizados, desde o final do século XX até atualmente, nenhum conseguiu de fato tirar o Caju da condição precária na qual se encontra.

Infelizmente, o bairro do Caju e toda a periferia carioca, sofrem com a ausência de políticas públicas efetivas na área do patrimônio cultural, sobretudo aquelas que envolvem diversidade cultural e inclusão social das comunidades locais no processo de patrimonialização e salvaguarda, bem como na área da regularização fundiária e preservação do meio ambiente. Diante desse problema, é importante destacar a importância do diálogo interdisciplinar entre a História Ambiental Urbana e a Educação Patrimonial, a partir de um trabalho amplo e transversal que também tem como foco a discussão dialógica, reflexiva e crítica acerca do Patrimônio Cultural piscatório e da necessidade de políticas públicas efetivas de preservação do meio ambiente, do patrimônio e da memória da periferia carioca. Espero, portanto, a partir das reflexões suscitadas, dar visibilidade para a situação da comunidade e tradição pesqueira do bairro do Caju e de outras periferias e hiperperiferias cariocas e, por conseguinte, contribuir para a elaboração de soluções, sugestões, alternativas e políticas públicas, no âmbito da educação patrimonial e ambiental, para a transformação da realidade dessas localidades.

AGRADECIMENTOS

À interlocutora da pesquisa, Elza Alves da Silva, por sua valiosa contribuição para este trabalho, através do seu amplo conhecimento sobre a história e memória do bairro do Caju, bem como, por sua simpatia e disponibilidade em ajudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. 2004. Justiça Ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. & PÁDUA, J.A. (Eds.). *Justiça ambiental e cidadania*. 315p., Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- ACSELRAD, H. 2005. Apresentação. In: ACSELRAD, H. *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. 288p., Editora Autêntica, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- ALVES, E.B. 2007. *O bairro do Caju: A construção de uma periferia empobrecida*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 141p.
- AMADOR, E.S. 2013. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*. 1ª ed. 510p., Editora Interciência, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. (ISBN-13. 978-8571932616).
- ANDRADE, M.I.T. & PERO, V.L. 2011. Direitos de propriedade e bem-estar: avaliação do impacto do programa de regularização fundiária na Quinta do Caju. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 41(1):29-69. (disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5088>).
- BERNARDES, L.M. 1950. A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- BERNARDES, L.M. 1958.C. Pescadores da Ponta do Caju. *Revista Brasileira de Geografia*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- BRITO, R.S. 1960. *Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro*. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, Portugal.
- COENTRÃO, A. 2021. Emigração: Há cem anos os poveiros disseram não ao Brasil. Local. *Público*, Lisboa, Portugal. (disponível em <https://arquivo.aplop.org/UserFiles/pesc-poveiros-20210104-2.pdf>).
- CORREA, A.M. 1936. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CORREA, A.M. & VIEIRA, A.C.P. 2016. *A Guanabara como natureza: Águas Cariocas*. 1ª ed. 404p., Editora Outras Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- CRUTZEN, P.J. & STOERMER, E.F. 2000. The Anthropocene. *IGBP [International Geosphere-Biosphere Programme] Newsletter* 41:17-18. (disponível em <http://people.whitman.edu/~frierspr/Crutzen%20and%20Stoermer%202000%20Anthropocene%20essay.pdf>)
- HARAWAY, D. 2016. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, I Ano 3, n. 5, p. 139-146. (disponível em climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=5258)
- LOBO, E.M.L. 1978. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 2v, 994p., Editora IBMEC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- MOORE, J.W. 2015. Anthropocene or Capitalocene? On the Nature and Origins of Our Ecological Crisis. In: MOORE, J. (Ed.), *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. Verso Press, London, England.
- MORAES, A.C.R. 1987. Foucault e a Geografia. p. 127-136. In: TRONCA, Í. A. (Ed.), *Foucault Vivo*. Editora Pontes, Campinas, SP, Brasil.
- OLIVEIRA, A. 2015. The district of Caju: from royal seaside resort to area of environmental sacrifice. In: BRICS Policy Center (Ed.). *Right to the city for a safe and just world: the brics case*. 37-55p., Oxfam. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. (disponível em <https://mu.ac.in/wp-content/uploads/2021/01/Pol-of-Urban-Space-in-the-context-of-RTC.pdf>)
- RAMOS, F.P. 2014. *Injustiça ambiental: um estudo de caso do Bairro do Caju, Zona Portuária do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- SANTOS, M. 2006. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr., 392p., Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- SANTOS, T. 2000. *A Teoria da Dependência: Balanço e perspectivas*. 1º ed., 320p., Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO – RIO DE JANEIRO (SPU/RJ). 1836. Acervo Documental da SPU-RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- TOLENTINO, Á. 2016. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. 77p. In: *Caderno Temático de Educação Patrimonial 5*, Superintendência do Iphan na Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.